Grupo Parlamentar

REQUERIMENTO

Considerando que a Estrada Transversal (2-2ª) que liga o Norte ao Sul do Pico, foi alargada e pavimentada de 1976 a 1979, portanto há mais de 20 anos;

Considerando que tal obra melhorou extraordinariamente as acessibilidades entre as localidades de S. Roque e Lajes do Pico, mas que pelas tecnologias à disposição na altura e pelo desgaste esta Estrada se encontra altamente deteriorada;

Considerando que desde a entrada em funcionamento do Porto Comercial da Ilha e em S. Roque e, especialmente, desde a vulgarização da contentorização de mercadorias, esta via tem vindo a suportar movimento e cargas para o que não estaria preparada;

Considerando que a Estrada Transversal é, ainda, um dos principais acessos dos agricultores do Sul e do Norte às pastagens altas;

Considerando que a plataforma onde acenta a Estrada, em algumas zonas, é de tal forma frágil que são frequentes os assentamentos, dado o movimento e o peso dos veículos e cargas,

Considerando que esta Estrada é também um importante trajecto para os turistas que nos visitam e que se deslocam entre o Norte e o Sul, pelo interior da Ilha, nomeadamente em direcção ao planalto, às lagoas e à montanha;

Considerando que o estado de degradação desta Estrada é tal que a manutenção da via feita pelos Serviços de Ilha da Secretaria da Habitação e equipamentos, particularmente no Inverno, nunca é suficiente para a manter em condições mínimas de transitabilidade;

Considerando que, aquando da discussão na ALRA dos chamados SCUTs, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou este problema, propondo a integração das obras da Estrada Transversal num projecto mais abrangente que fosse alargado a outras Ilhas, o que foi chumbado pela maioria;

Considerando que o lano a Médio Prazo não prevê investimentos nesta Estrada;

Considerando que, se não se fizerem as obras de melhoramento e correcção da plataforma e repavimentação da vis, para além dos enormes transtornos e prejuízos actuais, podemos chegar, aprazo, a uma situação de completa obsolescência e até intransitabilidade desta via fundamental para a Ilha do Pico.

Os Deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais, vem requerer as seguintes informações:

1 - Que tipo de solução, em termos técnicos e financeiros, prevê o Governo para a resolução de tão importante problema para a Ilha do Pico?

2 - Para quando será essa solução implementada?

3 - Até à solução definitiva desta obra imprescindível. Como irá p Governo melhorar a manutenção desta via?

Horta, 26 de Fevereiro de 2001.

Os Deputados, *Duarte Freitas e Manuel Azevedo"*